



Em defesa dos Serviços Públicos

Há já vários anos que vimos assistindo a uma saga contra a prestação de serviços pelo sector público do Estado, com a respetiva entrega, ou intenção disso, ao sector privado.

Nada escapa: distribuição de eletricidade, cuidados de saúde, educação, água, saneamento, resíduos, telecomunicações, serviços postais.

Os argumentos utilizados pelos sucessivos governos PSD e PS (com ou sem CDS/PP) são sempre os mesmos. Uma vez é porque o Estado não tem vocação para gerir, outras vezes porque é preciso criar concorrência para que os preços baixem, ou ainda porque é necessário dar sustentabilidade económica e financeira ao sector.

Ora todos estes argumentos se têm revelado falsos.

O Estado tem-se revelado mau gestor, quando os altos cargos dessa gestão são entregues, pelos Governos, propositadamente a incompetentes ou, pior que isso, a competentes com orientações para criarem cenários negativos e assim desacreditarem a gestão pública.

O Estado é mau gestor, quando os Governos assumem criar dificuldades aos municípios e às freguesias, dificultando-lhes por essa via a continuação da prestação de serviços de qualidade. É o que acontece quando os obriga a reduzir pessoal, quando impõem

limitações à contratação de pessoal, quando lhes aumenta os impostos e as contribuições para a Segurança Social e para a ADSE ou quando não cumprem com a Lei da Finanças Locais.

Quanto à descida de preços provocada pela privatização de serviços, ainda está por aparecer o primeiro caso em que tal tenha acontecido. Pelo contrário, os portugueses têm sentido nos bolsos o contínuo aumento de preços e sabem bem que, aquilo que devia ser concorrência, tem dado a lugar subidas e “arranjinhos” de preços, com a passividade das Entidades Reguladoras.

Já no que respeita à questão da sustentabilidade económica e financeira, deve perguntar-se se é este o único tipo de sustentabilidade que importa assegurar.

Então e a sustentabilidade social? E a sustentabilidade ambiental? E a sustentabilidade política?

É especialmente neste argumento que mais se manifestam as diferenças entre os que defendem os interesses dos grandes grupos económicos, não só nacionais mas, muitas vezes estrangeiros, e aqueles que põem, acima de tudo, a defesa dos interesses da população em geral, os interesses do país.

Os interesses do sector privado são naturalmente a maxi-

mização do lucro e o aumento do património dos seus acionistas/sócios. Os serviços públicos não podem estar sujeitos a esta lógica.

O sector privado já tem muito com que se entreter (e devia até entreter-se mais) com outros sectores de atividade. Mas compreendemos bem como os serviços públicos são tão apetecíveis. Pouca ou nenhuma concorrência e mercado garantido por clientes/consumidores (especialmente os com menos recursos) sem alternativas. Que mais se pode querer?

E também todos sabemos como é vantajoso para um Governo não ter de assumir as suas responsabilidades políticas quando algo corre mal. Pode sempre dizer-se que não se tem nada a ver com o que se passa, porque se trata de um problema dos privados. Ainda recentemente ouvimos, a propósito da Portugal Telecom.

O nosso entendimento é diferente. Entendemos que a prestação e o controlo dos serviços públicos devem estar concentrados no Estado. A bem das populações, a bem do ambiente, a bem da economia, a bem da qualidade, a bem da transparência.

A gestão dos serviços públicos deve estar sujeita ao escrutínio das populações.

O PEV continuará a bater-se por isso!

Afonso Luz
Dirigente Nacional do PEV



O Estado não se pode descartar do ensino

O Governo tem em curso o processo de municipalização das escolas que poderá trazer consequências muito negativas para a área da educação, principalmente porque falamos de decisões que são tomadas com base em critérios economicistas e na crescente desresponsabilização do Estado relativamente a este sector.

A área do ensino já tem sido alvo frequente de ataques por parte dos sucessivos governos através de cortes no Orçamento de Estado, do encerramento de escolas, do aumento dos custos para as famílias, e esta suposta descentralização será mais uma

forma deste Governo PSD/CDS limpar as mãos daquelas que são as suas obrigações.

Acresce a tudo isto o facto de esta municipalização não ser totalmente transparente e não ter envolvido a comunidade educativa pois os encarregados de educação, o pessoal docente e não docente não foram ouvidos neste processo.

Numa altura em que o Governo corta cada vez mais as verbas transferidas para os municípios, passar as escolas para a sua gestão trará problemas ainda maiores a nível do seu funcionamento e do cumprimento das suas competências e responsabilidades.

Este processo significa ainda que haverá ingerências na gestão das escolas, represen-

tando graves consequências a nível da sua autonomia.

A EcoLojovem defende que o ensino é uma incumbência do Estado, que deve garantir a todos o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade e que este não se pode descartar de responsabilidades que são suas, sob a fachada de uma apelidada descentralização que mais não é do que mais um passo no sentido da destruição e da privatização do ensino.

“Toda a pessoa tem direito à educação. (...)” em Declaração Universal dos Direitos Humanos

EcoLojovem - «Os Verdes»





Aproximar o poder autárquico da população

Foi em 2005 que a CDU pela primeira vez concorreu à Assembleia de Freguesia de Real, em Penalva do Castelo, conseguindo logo eleger dois membros, sendo a 2ª força política.

Desde o início que lutámos contra o preconceito, não só por parte da população, mas mais ainda por parte dos outros eleitos, principalmente o PSD que tinha maioria.

Lutámos pela dignificação da Assembleia de Freguesia como espaço de discussão de ideias. Foram vários os temas trabalhados pela CDU e apresentados nas sessões contribuindo para o progresso da nossa terra. Cegamente nunca aproveitadas pela maioria PSD.

Apostámos na informação à população, com um boletim distribuído porta a porta. Lutámos junto de outras entidades como a Câmara Municipal e outras entidades da Administração Central, contando num caso concreto com o apoio do deputado Francisco Madeira Lopes, cuja acção foi decisiva para a resolução do problema dos esgotos que contaminavam o rio Ludares.

Em 2009 o trabalho desenvolvido pela CDU foi reconhecido pela população que lhe deu a maioria absoluta na Assembleia de Freguesia.

No Executivo da Freguesia podemos implementar um poder autárquico próximo da população, rigoroso e transparente e cuja acção vai de encontro aos anseios e às necessidades da população.

Assim, nasceram projectos em áreas tão diversas como Acção Social, a Cultura, Tempos Livres, Património Cultural e Natural, Formação, Tecnologias da Informação, entre outros projectos que fogem ao clássico dos calçamentos e obras de construção, que também as fizemos.

Em 2013 a população mais uma vez confiou na CDU para governar a freguesia, desta vez com uma vitória mais destacada em relação ao PSD e ao PS. Com os pés bem assentes no chão continuamos lutando lado a lado com a população na construção de um futuro melhor para a nossa freguesia e as suas gentes.

Os valores ambientais e da preservação do meio ambiente estão bem presentes na nossa acção. Apostámos na valorização do nosso património florestal e natural e na sua divulgação e fruição pela população da freguesia e não só.

A eficiência energética é outra área em que temos apostado, quer com a mudança de práticas de consumo e na escolha dos equipamentos e de iluminação LED. Apostámos na produção fotovoltaica para alimentar alguns equipamentos como o Forno Comunitário e a Fonte/Lavadouro de Real.

Queremos agora continuar a apostar nesta área com a produção para autoconsumo de energia fotovoltaica. Mas não queremos que seja apenas a Junta a ter esta preocupação e por isso em breve lançaremos o projecto "Real Solar" para sensibilizar a população para novas práticas que melhorem a eficiência energética e assim contribuam para um melhor meio ambiente.

Estes nove anos de trabalho tem permitido que a população tenha uma maior consciência do seu papel de intervenção e reivindicação para a resolução dos problemas, mas também na construção do desenvolvimento da sua freguesia. A Freguesia não é só da Junta ou da maioria, mas é de todos e por isso todos devemos dar o nosso contributo.

Paulo Lemos

*Eleito de Os Verdes
e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Real,
Penalva do Castelo*



Os Verdes e a CDU são uma força em crescimento, com capacidade para mudar a Madeira

A realização de eleições antecipadas na Madeira, (à data da escrita deste texto o Presidente da República, ainda não tinha convocado as eleições), derivadas da demissão de Alberto João Jardim, depois da sua derrota na disputa de liderança no PSD/M, mobilizaram-nos para o reforço político e eleitoral dos Verdes e da CDU.

Esta demissão de Alberto João Jardim não pode ser dissociada da acentuada degradação da situação económica social e ambiental da Madeira, protagonizada por décadas de má gestão de Governo Regional PSD.

Os Verdes e o PCP acordaram, mediante vontade expressa dos seus coletivos regionais e direcções nacionais, dar corpo à CDU neste combate eleitoral como uma força capaz de protagonizar uma clara rutura com a política que ao longo das últimas quatro décadas tem servido os interesses capitalistas dos grupos económicos e que tem delapidado os recursos da Madeira com grande prejuízo das populações e dos ecossistemas naturais de grande valor que este arquipélago encerra.

A CDU assume-se como numa coligação credível, séria e consequente. Um força política que faz a diferença pelas posições assumidas e pela real oposição que tem protagonizado. A CDU rejeita a demagogia e o populismo, e recusa-se a fazer alianças sem princípios nem critérios. Os Verdes e a CDU defendem um desenvolvimento equilibrado e sustentável para a Região com a necessária inversão de caminho de destruição dos recursos naturais e fundamental erradicação da pobreza e das situações de risco grande que a população está sujeita.



- Desejo aderir ao Partido Ecologista Os Verdes
 Desejo participar em iniciativas de Os Verdes
 Desejo receber regularmente a Folha Verde

FOLHA VERDE⁹¹

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Contacto Telef.: _____

E-mail: _____

Envie-nos este formulário para a sede do PEV: Av. D. Carlos I, n.º 146, 1.º Dto. - 1200-651 LISBOA.
Os dados serão sigilosamente processados. Por favor, preencher em letras maiúsculas.



PEV

Partido
Ecologista
Os Verdes